

**Governo paulista renova a concessão de chapas frias**

São Paulo — Todas as concessões de placas para serviços reservados — as chapas frias — com mais de um ano de uso no estado de São Paulo deverão ser renovadas no prazo de trinta dias, determinou, ontem, através de uma resolução, publicada no Diário Oficial do Estado, o secretário de Segurança Pública, Eduardo Muylaert. Os órgãos públicos que utilizam essas placas — há 1 mil 195 cadastradas — deverão fazer seus pedidos de renovação por estrito justificando sua utilização, caso contrário, terão suas concessões canceladas e as placas recolhidas.

Com base na portaria de 18 de junho deste ano do Departamento Nacional de Trânsito que restringe o uso de placas reservadas, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo decidiu fazer um novo recadastramento das chapas frias. Um levantamento feito pelo órgão, após o incidente envolvendo parlamentares petistas em um opala com placas reservadas na cidade de Leme, apurou que 1 mil 195 placas estão em uso no Estado, todas cadastradas no Detran a partir de 1979.

A medida, segundo Eduardo Muylaert, visa "disciplinar e restringir ao máximo o uso de placas reservadas" e todos os órgãos oficiais já foram oficiados. Nos pedidos de concessão, esses órgãos oficiais deverão informar como serão empregadas as placas e ainda o sistema de controle a ser adotado "para impedir o desvirtuamento da concessão". De acordo com um decreto de 1977 e uma resolução de 1979, as placas reservadas são concedidas pela Secretaria de Segurança Pública, por tempo determinado, em três situações: para missões de guarda pessoal e de segurança de pessoas, investigações sigilosas e vigilância especial na execução de serviços e atividades que exigem fiscalização.

**Um disfarce eficiente para ações suspeitas**

O total de carros oficiais que circula pelo país com chapas frias — placas amarelas como a dos particulares — é desconhecido, assim como os órgãos ou pessoas a que eles servem. O Departamento Nacional de Trânsito estima que sejam 30 mil, servindo a um leque de instituições amplo o suficiente para abrigar o Ministério da Educação, a Novacap — Cia. Urbanizadora da Nova Capital, assembléias legislativas, o Conselho Nacional do Petróleo e organismos de segurança, entre outros.

Regulamentada a partir de 1950, a chapa fria teve seu uso limitado, há três anos pelo Contran — Conselho Nacional de Trânsito, às missões secretas autorizadas pelo presidente da República. Mas essa limitação nunca foi respeitada porque não existe uma autoridade que centralize o controle das autorizações para o uso dessas placas, que são distribuídas pelos Detrans estaduais, com autorizações concedidas por variados órgãos federais, estaduais ou municipais.

A Assembléia Legislativa de São Paulo, por exemplo, fornece três jogos de placa para cada um dos carros postos à disposição dos deputados: um de chapas de bronze, outro de chapas brancas e o terceiro com chapas amarelas chamadas de reservadas. Esse liberalismo permitiu que o Opala azul à disposição do PT estivesse em Leme, cidade do interior de São Paulo, com chapas frias, quando ocorreu o conflito entre bóias-frias em greve e policiais militares que provocou a morte de duas pessoas.

No Rio de Janeiro, o sistema adotado pelo Detran permite aos carros das companhias estatais circularem com placas amarelas, mas não frias, porque essa frota não utiliza chapas brancas.

Mas, como nos demais carros oficiais com chapas frias, seu uso faz com que o veículo passe despercebido, com a vantagem de que sua localização, caso ele cometa uma infração, e a identificação do usuário é muito mais difícil.

Durante os anos de regime militar, a placa fria serviu aos organismos de repressão que obtinham um disfarce eficiente para ações muitas vezes irregulares, como a praticada por militares do DOI-CODI que estavam no Puma que explodiu no estacionamento do Riocentro, em 1981. Hoje, seu uso permite aos funcionários públicos burlarem, com facilidade, as limitações impostas pelo governo ao uso de carros oficiais.

***(Página 15)***